

---

## O trabalho temporário na cafeicultura do Planalto da Conquista nas décadas de 1970 e 1980

### The temporary labour in the coffee growing of the Planalto da Conquista in the decades of 1970 and 1980

### Trabajo temporal en el cultivo del café de Planalto da Conquista en las décadas de 1970 y 1980

Aurelane Alves Santana <sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0003-1367-3549>

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba - UFPB- João Pessoa-Paraíba-Brasil, aurelanesantana@gmail.com

---

Recebido em: 22/06/2023

Aceito para publicação em: 30/09/2023

---

#### Resumo

Este artigo consiste na análise do trabalho temporário na cafeicultura do Planalto da Conquista nas décadas de 1970 e 1980. Nele, visa-se explicar teoricamente como se constituiu o trabalho temporário com o avançar do capitalismo no campo e apresentar algumas das características dessa modalidade laboral pelas vozes de trabalhadores que vivenciariam a intermitência do trabalho na região. Além de revisão bibliográfica de autores como Singer (1977), Bastos e Gonzales (1977), D'Incao (1984), dentre outros, utilizou-se também a pesquisa de campo, a qual foi fundamental para o colhimento de depoimentos de pessoas que experienciaram essas mudanças e que foram submetidos ao trabalho temporário nas fazendas de café do Planalto da Conquista.

**Palavras-chave:** Trabalho temporário, Cafeicultura, Planalto da Conquista, Trabalhadores.

---

#### Abstract

This article consists of the analysis of temporary labour in the coffee plantations of the Planalto da Conquista in the 1970s and 1980s. It also aims to explain theoretically how temporary labour was constituted with the advance of capitalism in the countryside and present some characteristics of this labour modality giving voice to workers who would experience the intermittency of labour in the region. In addition to a bibliographic review by authors such as Singer (1977), Bastos and Gonzales (1977), D'Incao (1984), among others, field research was also used, which was fundamental for collecting testimonials from people who experienced these changes and who were subjected to temporary labour in coffee farms in the Planalto da Conquista.

**Keywords:** Temporary labour, Coffee farming, Planalto da Conquista, Workers.

---

### Resumen

Este artículo consiste en un análisis del trabajo temporal en los cafetales del Planalto da Conquista en las décadas de 1970 y 1980. Tiene como objetivo explicar teóricamente cómo se constituyó el trabajo temporal con el avance del capitalismo en el campo y presentar algunas de las características de esta modalidad de trabajo dando voz a los trabajadores que vivirían la intermitencia del trabajo en la región. Además de una revisión bibliográfica de autores como Singer (1977), Bastos y Gonzales (1977), D'incao (1984), entre otros, también se utilizó la investigación de campo, la cual fue fundamental para recolectar testimonios de personas que vivieron estos cambios y que fueron sometidos a trabajos temporales en fincas cafetaleras del Planalto da Conquista.

**Palabras clave:** Trabajo temporal, Cultivo de café, Planalto da Conquista, Trabajadores.

---

### Introdução

O presente artigo consiste na análise do trabalho temporário na cafeicultura do Planalto da Conquista nas décadas de 1970 e 1980. Incorporado à região a partir da implementação das políticas de Estado de modernização da agricultura no Brasil, o trabalho em regime intermitente passou a ser central no desenvolvimento do cultivo do café e na dinâmica das relações laborais que foram delineadas para o campo conquistense.

Este foi um momento em que o rural do Planalto da Conquista vivenciou significativas metamorfoses, sendo inserido no circuito da agricultura industrializada e moderna que vinha se estruturando no país desde os anos de 1950. Entre essas mudanças, destaca-se as modificações nas tradicionais relações de produção provocadas pela rápida valorização das terras da região e pelo início de um processo massivo de expulsão de camponeses do campo.

Esse processo de expulsão consistiu na criação de um vultuoso movimento em direção à composição da proletarização no rural, com o camponês, que ora vivia na terra, sendo transformado em trabalhador assalariado através da espoliação incorporada pelo capital no tempo e no espaço – transformação essa imprescindível

no capitalismo, uma vez que o trabalhador, ao torna-se livre dos meios de produção, passa a vender sua força de trabalho aos capitalistas, permitindo a extração da mais-valia e, por conseguinte, a reprodução e acumulação do capital (MENEZES, 2007).

Nessa perspectiva das mudanças ocasionadas pela introdução da cafeicultura no Planalto da Conquista, o objetivo neste artigo é a de fazer uma leitura do trabalho que se estabeleceu na região diante da proeminente expansão do capitalismo no campo e que provocou a transmutação de antigas relações de produção (parceria, meeiro, agregado, arrendatário, morador, etc.) em relações de trabalho assalariado – ganhando destaque a modalidade do trabalho temporário, também chamado de volante, intermitente e sazonal.

Para tanto, em um primeiro momento, visa-se explicar teoricamente como se constituiu o trabalho temporário com esse avançar do capitalismo no campo, dando ênfase ao caso do Planalto da Conquista, e, em um segundo momento, apresentar as características dessa modalidade laboral pelas vozes de alguns trabalhadores que vivenciariam a intermitência do trabalho na região nas décadas de 1970 e 1980.

Como procedimento metodológico, além da revisão bibliográfica de autores como Singer (1977), Bastos e Gonzales (1977), D'Incao (1984), Oliveira (2004), Harvey (2003), dentre outros, utilizou-se também a pesquisa de campo<sup>2</sup>, a qual foi fundamental para o colhimento de depoimentos de trabalhadores que experienciaram essas mudanças acarretadas pelas políticas de desenvolvimento da agricultura e que foram submetidos ao trabalho temporário nas fazendas de café do Planalto da Conquista.

### **As nuances do trabalho temporário: um olhar sobre a realidade do Planalto da Conquista**

Com o avanço do capitalismo no campo do Planalto da Conquista pela atividade da cafeicultura assistiu-se, entre as décadas de 1970 e 1980, o surgimento

---

<sup>2</sup> Pesquisa de campo realizado em 2016 como parte de procedimento metodológico utilizado na elaboração de pesquisa de mestrado defendido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba.

de uma nova categoria de trabalho que acompanhou o processo de proletarização rural que ocorria na região. Essa nova categoria consistia no trabalho temporário, que criou uma nova dinâmica de contratação favorável aos capitalistas e uma realidade laboral precária àqueles que passaram a vender sua força de trabalho sazonalmente nas fazendas de café.

Homens, mulheres e crianças trabalhadoras estavam, agora, submetidos a relações de trabalho cujo caráter principal era a intermitência. A mobilidade do trabalho, o não vínculo empregatício e os salários calculados sobre a produção que entraram na ordem do dia não garantiram a concessão de direitos, tal como previa o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 (CRISTO, 2008).

Pelo seguimento de uma tendência que já se verificava em outras regiões do país, o trabalho temporário no Planalto da Conquista veio acompanhando do sufocamento de direitos trabalhistas e do rebaixamento salarial, impulsionados, sobretudo, pelo incremento de maquinários poupadores de mão de obra, integrantes do projeto nacional de modernização da agricultura.

O resultado disso foi o surgimento de uma gama de trabalhadores intermitentes, conhecidos também como volantes e personalizados na figura do boia-fria, “espelhando a degradação das condições objetivas, e da satisfação do mínimo aceitável à sobrevivência de qualquer ser humano” (SOUZA, 2008, p. 112). Neste momento foi instaurada no campo da região a precariedade das condições de trabalho que acompanha as relações capitalistas de produção, a qual viria a desencadear na histórica greve dos trabalhadores do café de 1980<sup>3</sup>.

Segundo Bastos e Gonzales (1977), em meio à precariedade das relações de trabalho que acompanharam o modelo modernizador estatal para a agricultura, tornou-se visível no campo brasileiro – o que inclui a região do Planalto da Conquista – a partir dos anos de 1960, o fenômeno chamado de “trabalho volante” ou

---

<sup>3</sup> A greve de 1980 no Planalto da Conquista foi um importante movimento de trabalhadores rurais por melhores condições de vida e de trabalho. Tendo duração de dez dias, contou com a participação de cerca de 14 mil trabalhadores. Além de trabalhadores, mobilizou advogados, diferentes setores da sociedade civil e sindicatos rurais. A pauta reivindicatória foi o aumento da remuneração e questões que envolviam a melhoria das condições de trabalho nas fazendas de café.

“boia-fria”, composto, em geral, por homens e mulheres que se deslocam continuamente para venderem a sua força de trabalho em regime de empreitada nas propriedades rurais.

Com efeito, esse fenômeno contribuiu para a formação do proletariado do café, uma vez que, entre os anos de 1970 e 1980, verificou-se grande fluxo de operários agrícolas no Planalto da Conquista, deslocando-se de uma fazenda a outra num processo de migração contínua.

Na definição do trabalho temporário, autores como Oliveira (2004, p. 21) afirma que este tipo de trabalhador é todo “[...] trabalhador nu desprovido dos instrumentos de produção que apenas dispõe da sua força de trabalho para vendê-la no mercado, resultando dessa venda a garantia (ou não) da sua reprodução”.

Nessa mesma perspectiva Singer (1977) salienta que as formas temporárias de trabalho contribuem somente para a reprodução precária da vida dos trabalhadores, pois uma relação de emprego que se (re)faz em intervalos curtos e irregulares de tempo não pode compor uma base adequada para a reprodução social da classe trabalhadora.

Bastos e Gonzales (1977), ao considerar o assalariamento temporário no campo como uma relação que permite aos empresários agrícolas valorizarem mais eficazmente seu capital, explica que a parceria, o colonato e o trabalho assalariado permanente tornaram-se formas antieconômicas diante das novas condições materiais, institucionais e legais designadas ao campo brasileiro, sendo o trabalho intermitente vantajoso por suprimir direitos trabalhistas e, conseqüentemente, custos da produção.

Corroborando com essa ideia, Singer (1977) observa que é o trabalhador em regime temporário que vai permitir a maximização das taxas de exploração, mostrando-se mais econômico do ponto de vista capitalista. Isto porque, quando a produção cessa, o capitalista já não precisa manter/pagar o trabalhador no período da entressafra (OLIVEIRA, 2004). Devido a isso, houve a ampliação da massa de

trabalhadores volantes no campo, modalidade na qual os empresários agrícolas ficavam desobrigados dos encargos trabalhistas e do ônus do trabalho permanente.

Para Harvey (2003), o uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado é tendência desenfreada do sistema capitalista para deprimir os níveis de remuneração e aumentar os vínculos de instabilidades no trabalho, pois, dessa forma, o capital consegue obter vantagens diferenciais sobre as demais modalidades de relações laborais, sejam elas assalariadas ou semi-assalariadas.

Em face dessa tendência é que o boia-fria aparece na condição de trabalhador nu (OLIVEIRA, 2004), pois é também um trabalhador intermitente, ou seja, um sujeito que consegue se empregar em determinadas épocas do ano e do ciclo produtivo, migrando de tempos em tempos para outras localidades, regiões, propriedades, cultivo, etc.

Esse surgimento do trabalhador boia-fria está intrinsecamente relacionado às consequências do avanço do capitalismo no campo, que, ao expulsar os trabalhadores da terra e subjugá-los aos seus interesses, cria as condições necessárias para a reprodução de trabalhadores com baixíssima capacidade de barganha da venda de sua força de trabalho e, à vista disso, com baixíssimos salários.

Ademais, o capitalismo também suprimiu desses sujeitos qualquer garantia dos direitos humanos e trabalhistas, submetendo-os a jornadas exaustivas e a péssimas condições de trabalho (D'INCAO, 1984). É por isso que, nas palavras de Silva (1999, p. 18), os boias-frias passaram a ser concebidos como trabalhadores “desprovidos das condições objetivas prévias e negados pela lei enquanto possuidores de direitos”.

Essa categoria de trabalho, pensando as condições objetivas das relações laborais que se instauraram no Planalto da Conquista por meio da agricultura cafeeira, não foi, portanto, uma simples “modalidade de trabalho”, mas uma forma concreta de relação social de produção que se estabeleceu na região na qual o trabalhador direto encontrava-se móvel e desprovido de qualquer meio de produção, exceto a sua própria força de trabalho. Diante dessa situação de despojamento, esses

trabalhadores foram obrigados, para viver, a venderem a sua força de trabalho aos cafeicultores, aos detentores dos meios de produção, ou melhor, ao capital (BASTOS; GONZALES, 1977).

Com a instauração desse panorama para o trabalho temporário na região a partir da agricultura cafeeira, Souza (2008) ressalta que é preciso compreender o papel desempenhado pelo Estado nesse processo, uma vez que o projeto de modernização da agricultura, que tinha como lema o desenvolvimento do campo, trouxe, na verdade, expressivos ganhos para os capitalistas em detrimento das condições de vida e de trabalho dos camponeses e do proletariado que se formou.

Desse modo, deve-se considerar que a ação do Estado se fez no sentido de criar as condições para a apropriação das classes dominantes dos meios de produção, “os reais beneficiários do projeto de modernização, do desenvolvimento que [...] reproduz o atraso, uma vez que não representou melhoria para a maioria da população local, para aqueles que vivem do trabalho” (SOUZA, 2008, p. 685- 687).

### **O trabalhador temporário no café: a vida no trabalho**

Com a introdução da agricultura cafeeira no Planalto da Conquista, a população pobre dessa região passou a ter as suas vidas determinadas pela dinâmica produtiva desse cultivo. Isto é, tornaram-se majoritariamente dependentes do trabalho na cafeicultura, que empregava, sobretudo, no período da colheita, significativo contingente de força de trabalho.

O proletariado do café tinha no trabalho temporário no campo uma forma de garantir mesmo que de maneira precária sua sobrevivência. Por isso, submetia-se à eventualidade e à precariedade do trabalho para salvaguardar a própria existência.

Durante o período da colheita, fase do processo produtivo que mais utilizava o trabalho intermitente, a maioria dos trabalhadores alojava-se nas fazendas, em pequenos aglomerados de casas construídas pelos cafeicultores.

Quase sempre com infraestrutura precária, essas casas dispunham de um ou dois quartos onde dormiam, em média, de 6 a 8 trabalhadores. Nelas, não havia

energia elétrica, água potável e encanada e nem mobília, exceto camas e fogões feitos de tijolos e cimento. Muitos trabalhadores levavam consigo redes, esteiras e colchonetes para diminuir o desconforto dos alojamentos. Os fogões serviam para o preparo das refeições e para manterem-se aquecidos durante as noites frias.

Uma parte significativa do salário dos trabalhadores acabava ali mesmo nas “mercearias” das fazendas, onde eram comercializados alimentos e outros produtos. Segundo Matiello (1991), o comércio nas propriedades cafeeiras foi mais uma prática adotada pelos cafeicultores para diminuir os custos da produção com a venda de produtos a preços elevados, reduzindo sumariamente os gastos com a mão de obra.

A fim de evitar perdas no salário e a acumulação de dívidas nessas “vendas”, sendo obrigados a trabalhar para pagar o que deviam, muitos trabalhadores traziam o feijão e a farinha que iriam consumir durante toda ou quase toda estadia nas fazendas. Às vezes, optavam por comprar nas feiras e mercearias das vilas e povoados circunvizinhos, onde os preços dos produtos não eram elevados como os das fazendas.

Os trabalhadores do entorno, que residiam próximo às áreas cafeeiras, não ficavam alojados nas fazendas. Quando resolviam pernoitar nas propriedades, a estadia era semanal ou quinzenal, com a volta para casa nos finais de semana. Em distâncias muito curtas, alguns trabalhadores realizavam o trajeto a pé, o que representava, segundo Santana Júnior (2012), um elemento essencial na dinâmica da mobilidade da força de trabalho determinada pela cafeicultura.

A migração sazonal para o trabalho nos cafezais tinha início no mês de abril. De todos os lados apontavam trabalhadores que chegavam com o mesmo propósito: vender a sua força de trabalho nas fazendas de café. Fosse em cima de caminhões ou de tratores, homens, mulheres e crianças misturavam-se sem qualquer segurança para realizar o trajeto em direção às principais áreas produtoras do Planalto da Conquista: Inhobim, Barra do Choça, Capinal e Limeira.

A temporada da colheita durava, em média, seis meses e empregava trabalhadores da região de Iguá e José Gonçalves e de regiões de municípios vizinhos



como Anagé (Uça, Lagoa de Água, Lage do Gavião, Coquinhos, Lagoa Nova, Lagoa da Anta, Furo de Roseira, etc.), Tremedal, Belo Campo, Piripá, Cordeiros, etc. (SANTANA JUNIOR, 2012).

Para trabalhar nas fazendas cafeeiras era preciso a negociação e o recrutamento pelos “gatos”, sujeitos que intermediavam o processo de contratação de mão de obra no campo. Os “gatos” eram responsáveis por reunir trabalhadores dispostos a vender sua força de trabalho sob as condições impostas pelos fazendeiros.

De acordo com Bastos e Gonzales (1977, p. 32), o ganho dos “gatos” era proveniente do salário dos próprios trabalhadores, “retirado da diferença entre o preço pago pelo empresário à força de trabalho materializada na tarefa, e a parte desse mesmo preço recebida pelo trabalhador”.

Como o salário na cafeicultura era calculado por produção, era comum os homens levarem toda sua família para a labuta nos cafezais, a fim de obter melhor remuneração (SANTANA JUNIOR, 2012), como mostra o depoimento do trabalhador a seguir:

Todo mundo na minha família catou café: eu, minha esposa e meus filhos. Meu primeiro filho, com 16 anos, dirigiu um trator. Todos trabalharam, tanto plantando quanto colhendo. (Ex-trabalhador do café 1)<sup>4</sup>.

Nas décadas de 1970 e 1980, a utilização da força de trabalho feminina e infantil foi bastante significativa em todas as fases do processo produtivo da cafeicultura, pois possibilitava maiores lucros aos patrões devido aos baixos salários, geralmente inferiores aos dos homens mesmo sendo as condições de trabalho igualmente extenuantes.

Segundo Barreto (1982), nessas décadas, em média, menos da metade das pessoas que trabalhavam na colheita eram homens adultos. Muitas das mulheres que

---

<sup>4</sup> Ex-trabalhador do café 1. Entrevista concedida em janeiro de 2016.

trabalhavam nos cafezais e que moravam próximo às fazendas se dividiam entre as tarefas domésticas e a labuta na roça, exercendo dupla jornada de trabalho, como afirma a seguinte trabalhadora:

Eu levantava às 5h00 da manhã, fazia café, fazia almoço para deixar tudo pronto para o meio dia, porque às 7h00 a gente tinha que estar no trabalho. [...] Toda vida eu levantei primeiro que o meu marido. [...] Eu dava comida para as galinhas, buscava água, fazia o café e acordava os meninos. (Ex-trabalhadora do café 1)<sup>5</sup>.

Quando as mulheres tinham filhos muito pequenos, incapazes ainda de ingressar no trabalho no café, deixavam o filho mais velho tomando conta dos menores para que, assim, pudesse ir trabalhar:

Eu nunca paguei ninguém para cuidar dos meus filhos. Saia para roça às 7h00 da manhã, batia um prego nas portas e deixava as meninas presas e ia trabalhar. [...] Eu tinha quatro meninas pequenas, aí as mais grandinhas, de 5 anos em diante, eu levava para roça e deixava uma para cuidar dos pequeninhos. Aí eu fazia café, deixava café feito, deixava comida feita, deixava merenda e tinha banheiro dentro de casa. Aí eles ficavam trancadinhos. Meio dia eu vinha, dava almoço, dava banho nas pequenas, dava mamadeira, arrumava para dormir e voltava para roça e só saia de lá às 5h00 da tarde. (Ex-trabalhadora do café 1)<sup>6</sup>.

Como o pagamento nos cafezais era por produção, o trabalho era medido pela quantidade de produtos colhidos pelos trabalhadores. Assim sendo, muitos deles intensificavam sua jornada de trabalho de modo a obter maior produtividade e, conseqüentemente, aumentarem sua remuneração. Vale enfatizar, que, sob essa condição de trabalhar mais para ganhar mais, o trabalhador tinha o interesse pessoal em executar as tarefas o mais rápido possível e, por isso, na maioria das vezes, agregava em suas tarefas os braços da mulher e dos filhos.

Segundo Bastos e Gonzales (1977) o assalariamento por produção permitia também a dedução de salários e fraudes de toda espécie. Para os cafeicultores, o trabalho em regime de produção por empreitada liberava-os dos encargos

---

<sup>5</sup> Ex-trabalhadora do café. Entrevista concedida em janeiro de 2016

<sup>6</sup> idem

trabalhistas, proporcionando maiores lucros. Isto ocorria, porque o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 não considerava o trabalho temporário uma forma de trabalho assalariado, ficando sem proteção legal específica.

O plantio e a limpa também requeriam quantidade significativa de força de trabalho, embora muito menos que a colheita. Ao final de cada ciclo de produção, a maioria dos trabalhadores, eram dispensados. Os trabalhadores oriundos das periferias, dos povoados e das vilas, que não tinham uma atividade regular, voltavam a fazer bicos na construção civil e no comércio, muitas vezes migrando para outros centros urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida; as mulheres retornavam ao trabalho de lavadeiras de roupa ou domésticas em casas da cidade; e as crianças retornavam à escola (SANTANA JUNIOR, 2012).

Entre as décadas de 1970 e 1980, esta foi a realidade de muitos trabalhadores da cafeicultura do Planalto da Conquista, que tiveram suas vidas marcadas pela intermitência das relações laborais, em que instabilidade dos contratos e mobilidade do trabalho tornaram-se uma constante nas formas de reprodução da vida desses sujeitos.

### **Considerações finais**

Com a introdução da cafeicultura no Planalto da Conquista o que se verificou foram profundas transformações nas relações de produção com a rápida expansão do capitalismo e um processo vultoso de expulsão de camponeses do campo.

Essa expulsão deu vazão à proletarização no rural, com camponeses sendo transformados em trabalhadores assalariados e assumindo postos temporários, em regime intermitente, tendo suas vidas marcadas pela instabilidade dos contratos laborais.

A intermitência do trabalho no campo do Planalto da Conquista foi bastante vantajosa aos capitalistas do campo, uma vez que, submetendo trabalhadores a esta condição, se livraram do ônus dos encargos trabalhistas previstos pelo Estatuto do Trabalhador de 1963. Isso é constatado entre os trabalhadores da cafeicultura do

Planalto da Conquista, que vivenciaram a intermitência e incerteza do trabalho nas décadas de 1970 e 1980, vendendo sua força de trabalho nas fazendas de café sob quaisquer condições laborais – condições essas, em geral, precárias, coadunadas com as estratégias do capital de ampliar sua aculação por meio da redução dos custos de produção, deprimindo os níveis de reprodução social dos trabalhadores.

Em face disso, no que tange às relações laborais, observa-se que o Estado, ao introduzir as políticas de modernização da agricultura na região, não criou as condições necessárias para garantir a reprodução adequada da vida das famílias camponesas, mas, sim, a inserção marginal desses sujeitos como mera força de trabalho intermitente para o circuito de reprodução e acumulação do capital.

### Referências:

- BASTOS, M. I.; GONZALES, E. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: **Capital e trabalho no campo** [por] Paul Singer [e outros] organizado por Jaime Pinsky. São Paulo, Hucitec, 1977. (Coleção estudos brasileiros, 7);
- BARRETO, V. S. de S. **O impacto social da lavoura cafeeira na Bahia**: relatório de pesquisa. Salvador: SUDENE; SUTRAB, 1981;
- CRISTO, K. K. V. **Trabalho escravo rural contemporâneo, superexploração extremada, latifúndio e Estado**. Dissertação de Mestrado em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. Outubro de 2008;
- D'INCAO, M. C. **A questão do Boia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984;
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003;
- MATIELLO, J. B. **Tributo à tecnologia**. Clube de tecnologia cafeeira. Folha 136. 1991. Fundação Procafé. Procafé online;
- MENEZES, S. O. **De “supérfluos” à sujeitos históricos na contramão do capital**: a Geografia do (des)trabalho. São Cristóvão, SE, 2007. Núcleo de pós-graduação em geografia – NPGE0;
- OLIVEIRA, A. U. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inês. (Orgs). **O campo no século o território de vida, de luta e de construção de justiça social**. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 29-70;
- SANTANA JUNIOR, I. M. de. **A economia cafeeira e seus reflexos socioeconômicos no Planalto da Conquista – Bahia**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em

Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate International Universities, 2012;

SILVA, M. A. de M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, Prismas;

SINGER, P. **Capital e trabalho no campo** [por] Paul Singer [e outros] organizado por Jaime Pinsky. São Paulo, Hucitec, 1977. (Coleção estudos brasileiros, 7);

SOUZA, S. T. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro**. Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: UFS – NPGeo, 2008;

